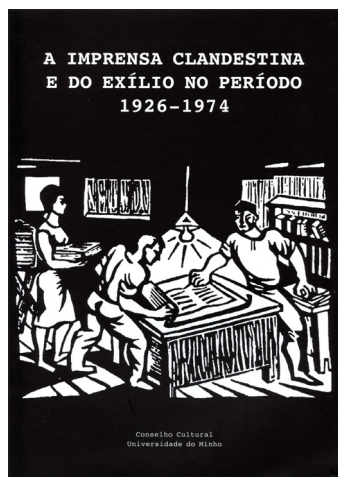


FORUM 49-50, 2014/2015, Pág. 223-225

## A imprensa clandestina e do exílio de 1926 a 1974

José Manuel Lopes Cordeiro\*



Organizada pelo Conselho Cultural da Universidade do Minho, no âmbito das comemorações da dupla efeméride do 40.º aniversário do 25 de Abril e dos 40 anos da Universidade do Minho, esteve patente ao público na Galeria do Salão Medieval da Reitoria, de 11 de Dezembro de 2014 a 16 de Janeiro de 2015, a Exposição intitulada “A imprensa Clandestina e do Exílio de 1926 a 1974”.

---

\* Professor do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

O estabelecimento do regime de censura prévia à imprensa logo após o golpe militar que derrubou a I República em 28 de Maio de 1926 colocou um intransponível obstáculo à divulgação das posições de todos os sectores políticos e partidários que não comungassem da orientação que a partir de então foi imposta ao País. A única alternativa para ultrapassar esse bloqueio, ainda que exercida em condições extremamente difíceis, consistia na edição de publicações clandestinas, que expressassem os pontos de vista que então se procurava silenciar, solução a que, com maior ou menor eficácia, recorreram todos os sectores da Oposição durante os 48 anos do regime fascista.

As dificuldades para a publicação e difusão desta imprensa eram enormes, não só devido aos requisitos técnicos que a mesma exigia para ser editada mas também porque as tipografias onde era impressa, algumas delas tão improvisadas e artesanais que dificilmente poderiam ser classificadas como tal, constituíam um dos alvos preferidos da repressão. Por essas razões, muitas das publicações editadas no interior do País apresentavam uma deficiente qualidade gráfica e uma existência efémera, não raras vezes reduzidas a um ou dois números.

Apresentada numa perspectiva cronológica, a Exposição focava cinco períodos distintos, cada um enquadrado por um pequeno texto inicial que procurava sintetizar as suas principais características no que respeitava à publicação de imprensa clandestina. Em cada um dos períodos era apresentada uma selecção das primeiras páginas dos jornais mais relevantes, reproduzidas em fac-simile. Os períodos abordados na Exposição contemplavam a “contestação à ditadura, 1926-1933”, “repressão e resistência, 1933-1941”, “a crise da guerra e o fim das ilusões, 1941-1958”, “o ‘terramoto Delgado’ e a contestação da guerra colonial, 1958-1968”, e “o marcelismo e a deterioração do regime, 1968-1974”.

A Exposição foi acompanhada por um Catálogo cujo texto desenvolvia um pouco mais as características de cada um dos cinco períodos em que se encontrava dividida. Era complementado por um conjunto de dezoito Quadros, cada um consagrado às publicações das diferentes correntes políticas, de forma a que cada um apresentasse uma homogeneidade relativamente ao tipo de imprensa que agrupava. No entanto, o Catálogo não pretendeu apresentar um repertório completo da imprensa clandestina e do exílio publicada durante o período da Ditadura, Militar e Nacional, e do Estado Novo. Tal objectivo que, como foi

referido, é cada vez mais urgente satisfazer, requeria outras condições para poder ser concretizado com êxito – recursos humanos, meios materiais e, principalmente, tempo disponível – que não estiveram presentes no trabalho que foi realizado para a Exposição, a qual também não assumiu esse propósito desde o início da sua preparação. O Catálogo constitui, no entanto, um primeiro passo para a realização daquele objectivo, apresentando cerca de 600 publicações periódicas editadas no período em análise, agrupadas nos referidos dezoito Quadros, entre os quais: “imprensa reviralhista”, “imprensa libertária”, “imprensa comunista”, “imprensa de unidade anti-fascista”, “imprensa socialista”, ou “imprensa marxista-leninista”.

Deste modo, tanto a Exposição como respectivo Catálogo, para além de procurarem assinalar condignamente as duas efemérides referidas, serviram para chamar a atenção para essa dimensão pouco conhecida e insuficientemente divulgada da actividade das Oposições, que constituiu a edição de jornais clandestinos durante o regime deposto no 25 de Abril e, simultaneamente, destacar a importância e a necessidade de se elaborar um repertório da imprensa clandestina publicada durante o quase meio século em que a sociedade portuguesa se viu privada das liberdades fundamentais.

